

Pressa com Diplomacia

O ministro Marcílio Marques Moreira não perdeu tempo em comemorações. No dia seguinte à aprovação do programa econômico brasileiro pelo FMI, anunciou para a segunda quinzena deste mês um novo *round* de redução das tarifas de importação, para forçar os agentes econômicos a se modernizarem e superarem os desafios da concorrência.

Sem o atropelo e o jogo de cena de muitos dos seus antecessores, que passaram mais tempo administrando a economia pelos meios de comunicação e, na surdina, gerenciavam interesses cartoriais infensos à concorrência, o embaixador Marcílio Marques Moreira está provando que o jeito *soft* de fazer política econômica não implica imobilismo nem renúncia do Estado a corrigir as necessárias distorções da economia.

Se a estrutura cartelizada resiste aos impulsos para a concorrência e a melhoria da sua eficiência em favor do consumidor, cabe ao Estado proteger o consumidor reduzindo a proteção tarifária artificial aos setores que lucraram à sombra do guarda-chuva oficial. Uma sociedade democrática e pluralista não comporta monopólios estatais, mas também não pode aceitar os oligopólios e os cartéis privados.

A política econômica posta em prática por Marcílio Marques Moreira segue o ideário do liberal socialismo, mas entre o ideal do Estado mínimo e a plenitude da economia de mercado, é preciso reconhecer que muita coisa precisa ser modificada no Brasil. Falharam as tentativas para lançar as empresas brasileiras no regime da concorrência, contando apenas com os instrumentos indutores de política econômica interna.

Os vícios vêm de longa data. Trinta ou quarenta anos de pesadas barreiras tarifárias às im-

portações tornaram as empresas brasileiras praticamente a salvo da concorrência do produto estrangeiro. A falta de proteção gerou cartórios e cartéis (formais ou informais). A intervenção do governo no controle de preços, através do CIP, longe de abrir, consolidou os cartéis. Principalmente porque a introdução da correção monetária, em 1964, que se pretendia temporária e limitada, generalizou-se e eternizou-se, ampliando as distorções.

Gerações de brasileiros — de empresários a assalariados, consumidores e investidores — se acostumaram a raciocinar com o repasse automático dos índices passados de inflação para os preços. O exame dos custos reais de produção chegou a ser uma atribuição específica do CIP nos anos 70, mas o esforço se revelou em vão, à medida que a inflação galopava e a indexação encurtou os prazos até cair no *overnight*.

Os choques heterodoxos tentaram intervir no processo de "causação circular" da inflação brasileira, mas, pela própria característica arbitrária do intervencionismo na redistribuição da renda e a incapacidade cirúrgica de remover a mentalidade da indexação, o quadro piorou. Não adiantou o fim do *overnight*, para forçar as empresas a ganharem mais na atividade, assim como a morte da indexação em 1991.

O alcance da estabilidade econômica não comporta, porém, uma via de mão única. Se há claras medidas no sentido de reduzir o intervencionismo do Estado na vida das empresas, com a desregulamentação de atividades e a privatização das estatais, também é indispensável acelerar as providências para que as empresas privadas concorram entre si, para beneficiar o consumidor — principal agente da economia de mercado.